

EDITORIAL

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Ciência e Tecnologia são tão importantes que países que logram êxito no desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social, alocaram de maneira contínua e sistemática até 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB), como Israel, Japão, Alemanha e Estados Unidos.

É necessário que o Brasil defina uma política de dotação orçamentária para Ciência e Tecnologia – C&T proporcional ao seu PIB, pois no período de 1987 a 1996, observa-se que somente em 1993 (1,40%) e 1994 (1,08%) os indicadores de C&T tiveram desempenho superior ao PIB, com crescimento real.

Contrastando com este cenário e sugerindo a inexistência de uma política para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, tomamos como exemplo os anos de 1990 (0,96%) e 1992 (0,99%), onde ocorreu decréscimo no valor do PIB.

Numa análise retrospectiva dos dados, fica evidente que a cada ano gera-se um grande déficit em relação à alocação de recursos para a Ciência e Tecnologia, vindo a exigir de toda a comunidade científica brasileira um trabalho organizado de persuasão junto aos nossos representantes na Câmara Federal para que a C & T recebam o destaque que merecem, pois é evidente a responsabilidade do Poder Executivo na socialização dos investimentos e dos resultados obtidos na função de condutor do processo de distribuição da renda nacional, de forma a não subestimar ainda mais os contrastes econômicos e sociais.

A descontinuidade das ações e a redução dos recursos financeiros implicam que a retomada do processo tenha que considerar o espaço e as inovações perdidos, assim como garantir as necessidades de atualização e de expansão. Tais condicionantes tornam a retomada do investimento mais penosa e demorada do que a manutenção permanente de um adequado nível de investimento à taxa constante de crescimento.

É também de responsabilidade do Poder Executivo criar leis ágeis que estimulem a iniciativa privada para que destinem recursos para a Ciência e Tecnologia, em especial para a área de inovação tecnológica que é considerada como a mais carente nas nações em desenvolvimento.

Ao observarmos as despesas, em 1993, com a formação de recursos humanos, aquisição de materiais de consumo e pagamento de servidores (outros custeios), verificamos que estes foram responsáveis por 55,6% do total das despesas realizadas, enquanto em 1981 correspondia a 11,66%.

A redução dos investimentos em despesas de capital (equipamentos e materiais permanentes) indubitavelmente traduzem a obsolescência em que vivem os laboratórios das instituições que desenvolvem pesquisas no país. O maior esforço na aquisição desses recursos ocorreu em 1981, quando respondeu por 74,21% do total de despesas realizadas, enquanto que em 1997 este percentual foi reduzido para 12,53%.

No período 1980-1993 ocorreu aumento no nível de investimento em Ciência e Tecnologia em seis anos e decréscimo em outros sete anos. Mantida esta média de variação anual da despesa realizada, somente no ano 2000 o Brasil deverá ultrapassar a barreira de 1% do valor do PIB em C&T.

Finalmente, é bom lembrar que estudos conduzidos por organismos internacionais relatam que em uma ação planejada e duradoura em pesquisa agrícola básica, em países em desenvolvimento, para cada dólar aplicado corretamente há um retorno de US\$ 80,00 depois de 8-10 anos. Já em países desenvolvidos, o retorno é de apenas US\$ 31,00.

Romão da Cunha Nunes
Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III do
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Professor Assistente da Escola de Veterinária da UFG